

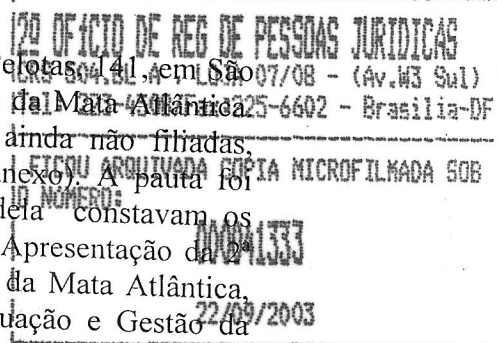
**REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
DA MATA ATLÂNTICA**

4ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

08 MAIO 2002

MICROFILMAGEM

23632



No dia 01 do mês de dezembro de 2001, no Sesc Vila Mariana, rua Pelotas, 41, em São Paulo, realizou-se a 4ª Assembléia Geral Ordinária da Rede de Ong's da Mata Atlântica. Estavam representadas 40 (quarenta) entidades filiadas e 07 (sete) ainda não filiadas, aguardando aprovação pela Assembléia (lista dos participantes em anexo). A pauta foi apresentada por Renato Cunha (Gambá), Coordenador da RMA, e dela constavam os seguintes pontos: Apresentação do Relatório de Atividades da RMA, Apresentação da Fase do PPG-7 e do Subprograma da Mata Atlântica, Projeto de Lei da Mata Atlântica, Campanha Desmatamento Zero, Projetos da RMA, Avaliação da Atuação e Gestão da RMA, Plano de Ação com Base no Projeto Institucional da RMA, Aprovação do Relatório de Atividades e Relatório Financeiro, Aprovação e Exclusão de Entidades, Mandato da Coordenação, Alteração do Estatuto, Eleição de Representações da RMA para Comissões Oficiais, Aprovação do Plano de Ação para 2002. A assembléia foi conduzida por Renato Cunha, e fizeram parte da mesa, Maria Dalce Ricas (Amda), vice-coordenadora, Pedro Eduardo Graça Aranha (Os Verdes), Mario Mantovani (Fundação SOS Mata Atlântica), Maria Celina (Assecan), Maria das Dores (SNE). Renato Cunha e Maria Dalce apresentaram o relatório de atividades da RMA, do período de junho de 2000 a novembro de 2001, que foi aprovado com algumas alterações. Em seguida foi passada a palavra para Wigold B. Schaffer Secretário Técnico Adjunto do PDA, que apresentou as seguintes informações sobre a segunda fase do PPG-7 e do Subprograma da Mata Atlântica: **Segunda Fase do PPG7** - Wigold relatou que em maio de 2001, na cidade de Cuiabá, os participantes do PPG7 aprovaram uma proposta do Governo Brasileiro no sentido de elaborar uma segunda fase, transferindo a responsabilidade da elaboração para a coordenação geral do programa. A proposta de segunda fase está sendo construída com base em Linhas Temáticas e Mecanismos de Implementação, com o objetivo de agilizar procedimentos e dar maior eficácia ao Programa. **Linhas Temáticas:** A proposta preliminar contempla seis linhas temáticas: a) Gestão pública e Comunitária de Áreas Protegidas; b) Produção Sustentável; c) Monitoramento, prevenção e controle ambiental de queimadas e desflorestamento.; d) Desenvolvimento territorial; e) Gestão Ambiental Municipal e desenvolvimento local sustentável; f) Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Chamou a atenção para a linha de Produção Sustentável, voltada para ações a serem implementadas por organizações da sociedade civil e que deverá ser operada pelo Subprograma de Projetos Demonstrativos - PDA. **Mecanismos de Implementação:** Diferentemente da primeira fase, a proposta preliminar da segunda fase do PPG7 contempla quatro modalidades de contratação de recursos: a) Contratos com a União; b) Contratos com os Estados; c) Contratos com Agências Federais; d) Contratos Privados. Além das modalidades de contratação, está sendo elaborada uma proposta de criação de uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a qual poderia operar com contratos privados, especialmente para implementar a Linha Temática de Produção Sustentável. **Origem da Lei das OSCIP's:** Wigold fez um relato das dificuldades que, historicamente, as ONGs enfrentam para obter recursos públicos. Destacou que o governo não dispõe de mecanismos dentro da legislação que rege os serviços públicos que permitam agilidade no

08 MAIO 2002

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
IO NOME:

00001333
22/08/2003

repassa de recursos. Além disso, sempre existiram uma série de entraves e proibições, como por exemplo, a proibição de financiar despesas meio, bens de capital e pagamento de salários, quando se trata de projetos de ONGs. Explicou que essas dificuldades levaram um conjunto de ONGs e representantes do governo, sob a coordenação do Conselho da Comunidade Solidária, a propor a Lei das OSCIPs, que foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional em 1999. **OSCIP para o PDA:** A proposta de criar uma OSCIP para gerir parte do PPG7, foi feita pelas redes RMA e GTA, durante um seminário conjunto, realizado em setembro de 1999 em Brasília. Inicialmente, a proposta em discussão prevê, absorver o PDA e seus componentes (PDPI, PDA-Mata Atlântica, PDA-Prodesque, PDA-Consolidação). Esta OSCIP poderia no futuro tornar-se o mecanismo de gestão de outros recursos do Ministério do Meio Ambiente, Tesouro Nacional, Doadores Internacionais e recursos de Instituições Privadas, destinados a projetos descentralizados de Instituições Não Governamentais. **Resumo da proposta de OSCIP:** Deverá ser uma associação a ser criada por iniciativa das Redes de Organizações da Sociedade Civil tais como: GTA-Grupo de Trabalho Amazônico, GTA-COIAB- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, GTA-CNS-Conselho Nacional dos Seringueiros, GTA-ONGs de assessoria e ambientais da Amazônia, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, RMA-Rede de ONGs da Mata Atlântica, entre outras; o Conselho Diretor seria formado pelos sócios (redes) e por membros convidados de órgãos do Governo e dos doadores internacionais que participam do PPG7; a associação terá um Conselho Fiscal; a Secretaria Executiva será responsável pela execução das atividades da OSCIP e o Secretário Executivo será indicado pelo Conselho Diretor enquanto que o Secretário Adjunto será indicado pelo Secretário Executivo e aprovado pelo Conselho Diretor; a OSCIP terá gerentes para projetos ou linhas temáticas e Comissões Executivas as quais serão responsáveis, a exemplo do que já acontece no PDA, pelo julgamento e aprovação dos projetos a serem apoiados. Wigold declarou ainda, que no seu entender, a criação de uma OSCIP nos moldes do que está sendo proposto, é uma grande oportunidade para a RMA. Rui Rocha (IESB) manifestou-se favorável à definição de instrumentos de implementação para gerir os recursos do PPG7 e a criação da OSCIP; César Musso (Avidepa) sugeriu que a sociedade civil, pelo poder de fogo das ONG's, participe ativamente da discussão dos programas de Gestão Ambientais e das políticas; João Paulo Capobianco (ISA) afirmou que essa proposta de criação de uma OSCIP é um avanço e que os doadores e o próprio governo estão de acordo com a questão. Questionou como seria feita a composição do Conselho da OSCIP e sugeriu que a RMA deveria ter uma proposta no sentido de garantir igualdade de representação, tendo em vista que o GTA tem maior número de sub-redes; Djalma Weffort (Apoena), afirmou que a OSCIP realmente poderia ser uma oportunidade; Ulisses (Foehr-RS) manifestou preocupação com a criação de uma OSCIP pois declarou que tratava-se de uma forma do Governo livrar-se de suas obrigações e de privatizar o Estado; Rubens Born (Vitae-Civillis), sugeriu que a rede disponibilizasse um site para que os filiados pudessem emitir seus comentários sobre o assunto; Betsey manifestou que a discussão seja mais aprofundada e sugeriu que seja realizado um seminário para esta discussão; Wigold esclareceu que a criação da OSCIP, deve ser uma iniciativa das Redes, porque quem pode criar OSCIP é a sociedade civil e não o Governo. Neste caso a coordenação do PPG7 e do PDA, estariam à disposição para auxiliar e facilitar os encaminhamentos. Explicou ainda, que a OSCIP da forma que vem sendo proposta, não implica em perda de ação política das Redes já existentes e sugeriu que a coordenação da

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB

RMA seja responsável pelo acompanhamento do processo e que seja realizado um encontro com as demais redes para elaboração de um documento gerenciador. A plenária delegou para a coordenação da RMA a tarefa de acompanhar e implementar as discussões e de repassar a todos os filiados e interessados o andamento das mesmas. Ficou entendido que a coordenação deverá fazer as articulações necessárias com as demais redes da Mata Atlântica e da Amazônia no sentido de construir a melhor proposta. **Subprograma Mata Atlântica:** Wigold informou que em 20 de novembro de 2001, durante as negociações intergovernamentais Brasil X Alemanha, o Governo Alemão anunciou a doação de DM 30 milhões para o Subprograma. Estes são os primeiros recursos captados e deverão ser implementados pelo PDA - Componente "Ações de Conservação da Mata Atlântica". Por definição do Governo alemão, estes recursos deverão ser destinados exclusivamente a projetos de Organizações Não Governamentais voltados a conservação da Mata Atlântica; Miriam Prochnow (NAPMA), informou que as negociações finais deverão acontecer no início do próximo ano numa missão de avaliação da proposta já apresentada ao KFW. Nesta missão deverá haver a participação da RMA. Estão previstas as seguintes ações e linhas temáticas para o componente: a) Projetos de demanda induzida para Ações de nível nacional; b) Projetos de demanda espontânea para ações de nível local/regional. Wigold informou ainda que estão previstas ações de conservação em âmbito nacional, regional e local: - Ações de âmbito nacional: a) Implantação de um programa de monitoramento participativo da Mata Atlântica em âmbito Nacional; b) Capacitação em gestão de UCs; c) Implantação de sistema de cadastro e monitoramento de UCs do Domínio em nível nacional; d) Estudo para identificação, valoração e regulamentação dos serviços ambientais da Mata Atlântica e desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores. - Ações de âmbito local e regional: a) apoio à criação e implantação de UCs municipais e privadas; b) estudos para ampliação e/ou criação de UCs e outras medidas mitigadoras de impactos sobre a Mata Atlântica, em áreas críticas de expansão urbana; c) campanhas de conscientização e mobilização regionais/estaduais sobre preservação e conservação da Mata Atlântica; d) elaboração de planos e implantação de corredores ecológicos em áreas prioritárias estabelecendo conectividade com áreas de APPs e reserva legal em âmbito local e regional; e) restauração e recuperação da cobertura vegetal nativa e outras medidas mitigadoras do efeito da fragmentação de habitats em áreas prioritárias e em áreas de mananciais e recarga de aquíferos; f) uso sustentável dos recursos naturais através do ecoturismo em áreas de relevância ambiental; g) Apoio a estratégias de recuperação de Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal. Em seguida foram apresentadas informações sobre o PL da Mata Atlântica. Segundo, Írismar Mendes, Assessora Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, a preocupação dos deputados, na semana seguinte à realização da Assembléia, seria com a votação do Código Florestal, e, se ele fosse votado, favoreceria a votação do PL da Mata Atlântica. Írismar informou também que a Câmara estava integralmente voltada para a apreciação do orçamento da União para 2.002, mas comprometeu-se a verificar a possibilidade da votação do PL da Mata Atlântica, na terça-feira, 04/12/2001 e informar a RMA sobre isto, explicando ainda que o projeto já estava pronto, mas a votação dependeria da boa vontade do Congresso. Após sua explanação, iniciaram-se os relatos sobre a Campanha Desmatamento Zero. Mário Mantovani relatou que até aquela data, haviam sido recolhidas aproximadamente 150.000 (cento e cinquenta mil) assinaturas e que a Coordenação da RMA havia se posicionado pela continuidade da campanha, já que tudo indicava que o Projeto de Lei da Mata Atlântica não

3

7.º SETÍMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
FOLHA Nº

004

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michalual
Oficial

22/08/2003

seria votado em 2.001 como se esperava. Cecília Pugliese, componente do Núcleo Ecológico Pipa, solicitou maior apoio às entidades menores para que realizassem a campanha. Mário ressaltou que seria necessário uma pessoa que cuidasse do [site](http://desmatamentozero.ig.com.br) desmatamentozero.ig.com.br. O *site* foi criado mas não está sendo mantido. Renato Cunha propôs que fossem reforçados os "elos" regionais e acionada a imprensa caso não fosse votado o Projeto na semana seguinte. Foi feita uma breve avaliação sobre os resultados apresentados no Seminário "Quem Faz o Que Pela Mata Atlântica", realizado no período 28 a 30 de novembro de 2001. João Paulo Capobianco (ISA) prestou informações sobre o Curso Arcview que foi organizado pelo ISA juntamente com a SNE e executado no período 09 a 11 de novembro deste ano. O curso teve como objetivo capacitar 17 (dezesete) entidades para o monitoramento da atuação em áreas da Mata Atlântica. Segundo, Capobianco, as entidades que receberam capacitação deveriam transmitir as informações às outras entidades que não participaram do treinamento. César Meyer (Avidepa/ES), sugeriu que houvesse maior equilíbrio entre capacitação e estrutura das ong's e que a comunicação da RMA precisava ser ampliada. Em seguida foi feita a avaliação da gestão da RMA, sendo que o ponto mais destacado foi a necessidade de um cadastro atualizado das entidades filiadas para que a comunicação fluísse com maior eficiência. Renato Cunha (Gambá) informou que estava sendo criado um grupo de e-mail de discussão para que as entidades pudessem ter maior participação no processo decisório. A reunião desse dia foi encerrada às 19:20 horas, tendo ficado os outros assuntos para serem tratados no dia seguinte. No dia seguinte, dois de dezembro de 2001, às 9:00 horas, a Assembléia se reiniciou, dando continuidade aos assuntos em pauta. Marcelo Maciel, assessor Contábil da RMA, apresentou o relatório financeiro, do período junho de 2000 a novembro de 2001, composto por uma planilha geral e um resumo, que fazem parte como anexos desta ata. As despesas foram discriminadas por categorias e as despesas mensais de cada escritório, foram apresentadas separadamente. Foi apresentada também a relação de bens (patrimônio) da RMA. Foi constatada inadimplência quase absoluta no que se refere ao pagamento das anuidades. Maria Dalce Ricas (Amda) sugeriu que o valor da anuidade fosse estipulado de acordo com a possibilidade financeira de cada entidade. O relatório financeiro foi aprovado pela assembléia. Em seguida, passou-se à aprovação e exclusão de entidades. Alessandro Menezes (Ecoa) fez a leitura das entidades cujos processos seriam apreciados: Instituto Terra Azul (CE), Aquasis (CE), Grupo de Estudos de Sirênios, Cetáceos e Quelônios (PE), Associação Pataxó de Ecoturismo (BA), Grupo Ambiental Guigui (BA), Grupo Ecológico Cariris (BA), Aprec - Associação de Proteção e Ecossistemas Costeiros (RJ), Reserva Ecológica Guapiaçu (RJ), Verde Cidadania (RJ), Bicuda Ecológica (RJ), Instituto Ipanema (RJ), Ecomarapendi (RJ), Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária - Idaco (RJ), Ong "Sítio da Tia Marianinha" (MG), Sociedade de Amigos de Iracambi (MG), Associação de Guias de Turismo de Bonito (MS), Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil (SP), Physis - Cultura e Ambiente (SP), Organização Conservacionista Mundo Ancestral (SP), Instituto Pro- Sustentabilidade (SP), Cave - Coletivo Alternativa Verde (SP), Fundação Santo André (SP), Instituto de Pesquisas Ambientais - IPA (SP); Organização Bio-Bras, Bird Life Internacional do Brasil (SP); Vida Verde Associação Joinvilense (SC), Aprender - Entidade Ecológica (SC), Instituto Esquilo Verde (SC), Associação Ação Nascente Maquine - Anama (RS), Associação Trescoroense de Proteção ao Ambiente Natural (RS), Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual do Itapuã - Clepei (RS), Cooperativa dos

4

7.º SÉTIMO OFICIAL DE REGISTRO-CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
FOLHA Nº

08 MAIO 2002

Dr. José Antonio Michaluat
Oficial

